



## RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE ARROIO GRANDE EM 29.03.2016

Aos 29 dias do mês de março de 2016, compareceu à sede da Vara do Trabalho de Arroio Grande a Excelentíssima Senhora **MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada da Assistente da Assessoria Administrativa da Secretaria da Corregedoria Adriana Stangler e da Assistente da Assessoria Técnico-Operacional Cristina Bottega, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0000189-83.2016.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Juíza Titular Cacilda Ribeiro Isaacsson, pelo Diretor de Secretaria Diego Pereira Brião e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

**Data da instalação da Vara do Trabalho:** 26.09.1994

**Data da última correição realizada:** 14.04.2015

**Data de Implantação do PJe:** 07.05.2015

**Jurisdição:** Arroio Grande, Cerrito, Herval, Jaguarão, Pedro Osório

**1.1 Período Correcionado:** de 1º.01.2015 a 29.03.2016

### 2 ESTRUTURA FUNCIONAL

#### 2.1 JUÍZES

##### 2.1.1 Juizes Atuais

Juíza	Situação	Período
<b>Cacilda Ribeiro Isaacsson</b>	<b>Juíza Titular</b>	Desde 08.09.2003

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 26.02.2016)

##### 2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a Vara do Trabalho de Arroio Grande, pertence à 71ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região, juntamente com as Varas do Trabalho de Rio Grande (1ª a 4ª) e a Vara do Trabalho de Santa Vitória do Palmar. Essa circunscrição compreende 2 (duas) vagas de zoneamento, ocupadas pelos Juízes **Carolina Toaldo Duarte da Silva Firpo** e **Edenilson Ordoque Amaral**.



### 2.1.3 Juizes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	<b>Cacilda Ribeiro Isaacsson</b>		<b>Juíza Titular desde 08.09.2003</b>	Há 12 anos, 6 meses e 22 dias
2	Nivaldo da Silva Júnior	<b>07.01 a 05.02.2015</b> 17 a 31.08.2015	Respondeu pela Unidade Judiciária em razão das férias da Juíza Titular (sem pauta)	39 dias 15 dias = <b>54 dias</b>
3	Carolina Toaldo Duarte da Silva Firpo	<b>Juíza Substituta zoneada na Circunscrição</b>		
		<b>06 a 14.02.2015</b>	Respondeu pela Unidade Judiciária em razão das férias da Juíza Titular (sem pauta)	9 dias
		24.07.2015	Atuou na Unidade Judiciária em razão de pauta de impedimento da Juíza Titular	1 dia
4	Edenilson Ordoque Amaral	<b>Juiz Substituto zoneado na Circunscrição</b>		
		<b>22.05.2015</b>	Atuou na Unidade Judiciária em razão de pauta de impedimento da Juíza Titular	1 dia
5	Felipe Lopes Soares	<b>07.01 a 09.02.2016</b>	Respondeu pela Unidade Judiciária em razão das férias da Juíza Titular (sem pauta)	34 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 26.02.2016)

### 2.1.4 Afastamentos da Juíza Titular durante o Período Correcionado

Juíza	Motivo	Dias de Afastamento	Total (em dias)
<b>Cacilda Ribeiro Isaacsson</b>	Férias	07.01 a 14.02.2015	39
		17 a 31.08.2015	15
		07.01 a 09.02.2016	34
			= <b>88</b>

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 26.02.2016)



## 2.2 SERVIDORES

### 2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Diego Pereira Brião	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Diretor de Secretaria (CJ3)</b>	08.01.2001
2	Fernanda Schuch Tessmann	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente de Juiz Titular (FC05)</b>	14.09.2005*
3	Luiz Adalberto Lucas	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)</b>	07.05.2003
4	Maicon Volnei de Freitas das Neves	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Secretário de Audiência (FC03)</b>	14.07.2007
5	Carmem Maria das Neves Gomes	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente (FC02)	<b>19.09.1994</b>
6	Jorge Alberto Sarmiento de Azevedo	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente (FC02)	<b>12.05.2014</b>
OFJ	Laura Severo Ribeiro	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	<b>22.02.2016</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 1º.02.2016 e atualizado em 29.02.2016)

\* A servidora Fernanda Schuch Tessmann registra lotação anterior na Unidade Judiciária, de 09.01.2003 a 18.01.2004.

### 2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2013, 2014 e 2015)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
332 processos	até 500	<b>6 servidores</b>	5 a 6 servidores

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Consideradas as alterações realizadas posteriormente pelas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, e, visando o cumprimento da Meta Nacional nº 3 do Conselho Nacional de Justiça para o exercício de 2014, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adotou os seguintes critérios



para definição da lotação mínima das unidades judiciárias de 1º grau: a) quando a movimentação processual se situar na metade inferior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite inferior e b) quando a movimentação processual se situar na metade superior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite superior. A Administração estabeleceu como diretriz a utilização do número máximo de servidores previsto na Resolução CSJT 63/2010, sempre que possível, para cada faixa de movimentação processual das Varas do Trabalho.

Com base no exposto, o número atual de servidores da Vara do Trabalho de Arroio Grande está **de acordo** com os parâmetros previsto nas referidas normas.

### 2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correccionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
<b>Carmem Maria das Neves Gomes</b>	-	-	-
<b>Diego Pereira Brião</b>	Curso ou Evento (CURS)	9	<b>9</b>
<b>Fernanda Schuch Tessmann</b>	Curso ou Evento (CURS)	1	<b>1</b>
<b>Jorge Alberto Sarmento de Azevedo</b>	Curso ou Evento (CURS)	1	<b>1</b>
<b>Laura Severo Ribeiro</b> (Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal)	-	-	-
<b>Luiz Adalberto Lucas</b>	Curso ou Evento (CURS)	5	<b>5</b>
<b>Maicon Volnei de Freitas das Neves</b>	Curso ou Evento (CURS)	1	<b>1</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 1º.02.2016 e atualizado em 29.02.2016)

### 2.2.4 Greve dos Servidores durante o Período Correccionado

Não houve adesão dos servidores da Unidade no movimento grevista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal no ano de 2015.

### 2.2.5 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

	Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	<b>Arnaldo Jacobi de Freitas</b> (Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal)	06.06.2014	<b>06.01.2016</b>	1 ano e 7 meses	Lotação na Central de Mandados de Erechim
2	<b>Renan Silva Fiorucci</b> (Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal)	22.07.2014	<b>22.02.2016</b>	1 ano e 7 meses	Remoção por Permuta para o TRT da 18ª Região

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 1º.02.2016 e atualizado em 29.02.2016)



## 2.2.6 Estagiários

	Estagiário (a)	Curso em Andamento	Período
1	<b>Karine Galho Aspir Braz</b>	Superior em Direito	desde 09.02.2015 até 08.08.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 1º.02.2016 e atualizado em 29.02.2016)

## 2.3 CAPACITAÇÃO

### 2.3.1 Capacitação da Juíza Titular durante o Período Correcionado

Juíza	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
<b>Cacilda Ribeiro Isaacsson</b>	-	12	36	<b>48</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 26.02.2016 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

### 2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
<b>Carmem Maria das Neves Gomes</b>	20	20	75	<b>115</b>
<b>Diego Pereira Brião*</b>	-	67,8	62,2	<b>130</b>
<b>Fernanda Schuch Tessmann</b>	-	20	213	<b>233</b>
<b>Jorge Alberto Sarmiento de Azevedo</b>	-	28	-	<b>28</b>
<b>Laura Severo Ribeiro</b>	-	-	-	-
<b>Luiz Adalberto Lucas</b>	-	60	-	<b>60</b>
<b>Maicon Volnei de Freitas das Neves</b>	-	28	34,5	<b>62,5</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 1º.02.2016 e atualizado em 29.02.2016 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

\* Gestor da Unidade Judiciária.

## 3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

### 3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT, foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.

Em face disso, a Vara do Trabalho de Arroio Grande foi enquadrada na faixa de movimentação processual de **até 500 processos por ano**. Dessa



forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de toda as unidades de 1ª instância de todo o TRT4.

Unidades Judiciárias com até 500 processos por ano	2013	2014	2015	Média
<b>Arroio Grande - Vara</b>	<b>346</b>	<b>360</b>	<b>291</b>	<b>332,33</b>
Rosário do Sul - Vara	343	361	294	332,67
Santa Vitória do Palmar - Vara	391	455	556	467,33
Santiago - Vara	459	429	500	462,67
<b>TOTAL</b>	<b>1.539</b>	<b>1.605</b>	<b>1.641</b>	<b>398,75</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

### 3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
<b>Pendentes de finalização na fase de conhecimento*</b>	503	437	-13,12%	440	0,69%
<b>Pendentes de finalização na fase de liquidação**</b>	65	83	27,69%	76	-8,43%
<b>Pendentes de finalização na fase de execução***</b>	731	718	-1,78%	737	2,65%
<b>Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução</b>	39	28	-28,21%	27	-3,57%
<b>Total</b>	<b>1.338</b>	<b>1.266</b>	<b>-5,38%</b>	<b>1.280</b>	<b>1,11%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

\* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

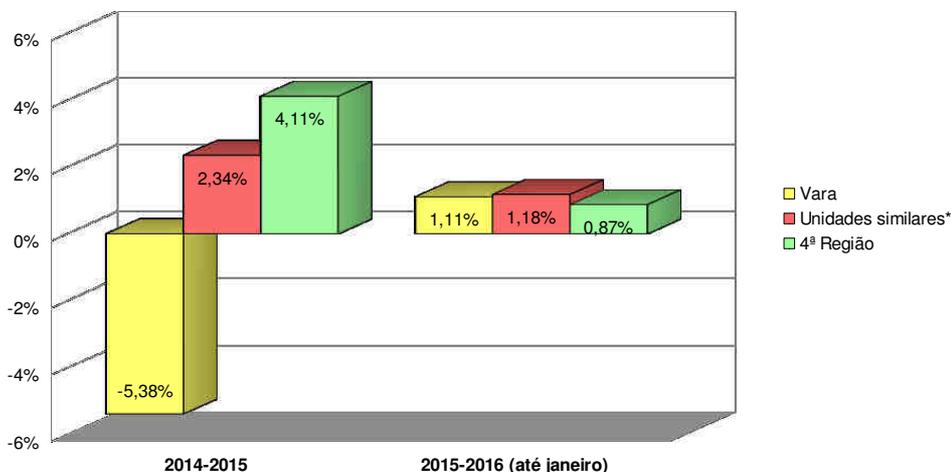
\*\* Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

\*\*\* Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

**No ano de 2015, houve uma redução de 5,38% no acervo de processos tramitando na Unidade Judiciária.** Em números absolutos, o conhecimento foi a fase que mais contribuiu para essa queda no estoque (decréscimo de 66 processos), ao passo que as cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução foram a espécie cujo acervo registrou a maior redução percentual (queda de 28,21%). A seu turno, a liquidação foi a única fase que apresentou aumento em seu estoque (acréscimo de 18 processos).



Variação do acervo de processos tramitando



### 3.3 FASE DE CONHECIMENTO

#### 3.3.1 Processos Pendentes de Solução

	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.01)	Varição 2015-2016
<b>Casos novos</b>	361	291	-19,39%	22	-92,44%
<b>Sentenças anuladas/reformadas</b>	0	12	-	0	-100,00%
<b>Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*</b>	313	314	0,32%	0	-100,00%
<b>Processos pendentes de solução</b>	<b>192</b>	<b>177</b>	<b>-7,81%</b>	<b>198</b>	<b>11,86%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

\* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

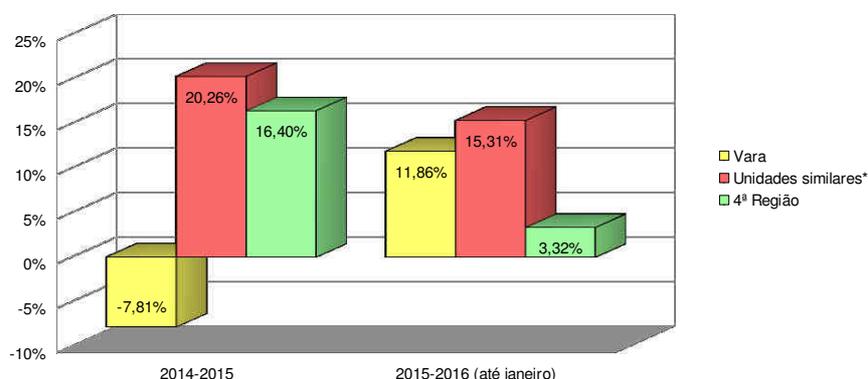
No ano de 2015, registrou-se uma **redução de 7,81% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento** em relação ao período anterior (de 192 para 177 processos). Novamente, constata-se que essa queda destoou positivamente da tendência verificada nas demais unidades da mesma faixa de movimentação processual (as quais registraram elevação de 20,26% em seu acervo médio), e da média de toda a 4ª Região (na qual se verificou um aumento de 16,40% no número de processos pendentes na fase de conhecimento).

O principal fator que contribuiu para esse decréscimo no estoque foi a queda de 19,39% na média mensal de casos novos (a qual passou de 30,08 processos, em 2014, para 24,25 processos, em 2015), combinada com uma relativa estabilidade na média mensal de processos solucionados em relação ao ano de 2014.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Variação dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que em 31.12.2015 a maior parte destes (54,24%) se encontrava aguardando o encerramento da instrução processual. Além disso, convém destacar a inexistência, em 31.01.2016, de processos aguardando prolação de sentença com prazo vencido na Unidade. Especificações no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
<b>Aguardando 1ª sessão de audiência</b>	96	79	-17,71%	101	27,85%
<b>Aguardando encerramento da instrução</b>	96	96	0,00%	96	0,00%
<b>Aguardando prolação de sentença – no prazo</b>	0	2	-	1	-50,00%
<b>Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido</b>	0	0	-	0	-
<b>TOTAL</b>	<b>192</b>	<b>177</b>	<b>-7,81%</b>	<b>198</b>	<b>11,86%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

### 3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos\* e em relação aos pendentes de julgamento\*\*

Processos solucionados em relação aos distribuídos					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
<b>Arroio Grande – Vara</b>	86,70%	107,90%	24,45%	0,00%	-100,00%
<b>Unidades Similares</b>	90,09%	93,05%	3,28%	17,60%	-81,09%
<b>TRT4 - 1ª Instância</b>	85,98%	89,11%	3,65%	63,67%	-28,55%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

\*Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]



Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 107,90% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se uma elevação de 24,45% em relação ao índice do ano anterior. Por sua vez, o índice da Unidade foi superior tanto à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual quanto à média geral do TRT4 em 14,85 e 18,79 pontos percentuais, respectivamente.

Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
<b>Arroio Grande – Vara</b>	60,78%	65,01%	6,97%	0,00%	-100,00%
<b>Unidades Similares</b>	71,69%	69,92%	-2,47%	2,83%	-95,96%
<b>TRT4 - 1ª Instância</b>	55,86%	55,20%	-1,17%	5,51%	-90,02%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

\*\*Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados pela Vara do Trabalho de Arroio Grande em 2015 foi de 65,01% do número total de processos pendentes de julgamento – resultado 6,97% superior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 4,91 pontos percentuais; em contrapartida, tal índice foi superior à média geral do TRT4 em 9,81 pontos percentuais.

### 3.3.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2014		2015		2016 (até 31.01)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	<b>Conciliação</b>	108	34,50	140	44,59	0	-
	<b>Julgado procedente</b>	6	1,92	1	0,32	0	-
	<b>Julgado procedente em parte</b>	109	34,82	100	31,85	0	-
	<b>Julgado improcedente</b>	57	18,21	35	11,15	0	-
	<b>Extinto</b>	1	0,32	3	0,96	0	-
	<b>Outras decisões</b>	0	0,00	0	0,00	0	-
	<b>Subtotal</b>	<b>281</b>	<b>89,78</b>	<b>279</b>	<b>88,85</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
Sem exame de mérito	<b>Extinto</b>	22	7,03	17	5,41	0	-
	<b>Arquivamento (art. 844 CLT)</b>	7	2,24	9	2,87	0	-
	<b>Desistência</b>	2	0,64	8	2,55	0	-
	<b>Outras decisões</b>	1	0,32	1	0,32	0	-
	<b>Subtotal</b>	<b>32</b>	<b>10,22</b>	<b>35</b>	<b>11,15</b>	<b>0</b>	<b>-</b>



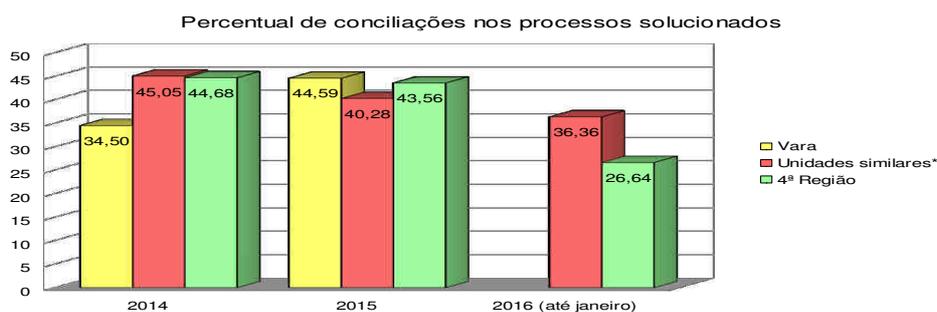
<b>TOTAL</b>	<b>313</b>	100	<b>314</b>	100	<b>0</b>	<b>-</b>
--------------	------------	-----	------------	-----	----------	----------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

Verificou-se uma elevação de 01 processo solucionado na Unidade Judiciária em 2015 na comparação com o ano anterior, o que representa um acréscimo de 0,32%. Esse ligeiro aumento destoa, positivamente, das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual (as quais registraram uma redução média de 5,67% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2014), sendo inferior, contudo, à média de todo o regional (que, em 2015, apresentou um aumento de 8,11% no número de processos solucionados em relação ao ano anterior).

Dentre os tipos de solução, verificou-se uma queda no número de decisões com resolução de mérito na Unidade: excluídas as homologações de acordo, no ano de 2014 foram proferidas 173 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2015, esse número alcançou 139 decisões, representando uma queda de 19,65%. O desempenho da Unidade nesse quesito foi inferior tanto ao resultado médio obtido no conjunto das demais varas similares (as quais registraram uma elevação de 13,76% no número de decisões com resolução de mérito) quanto à média das unidades de primeira instância de toda a 4ª Região (a qual avançou 7,56%).

A análise do quadro acima demonstra, por fim, um aumento no número de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária: em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 108, representando 34,50% dos processos solucionados; já em 2015, o número total de conciliações alcançou 140, correspondendo a 44,59% – índice superior tanto à média das unidades similares à correccionada (que foi de 40,28%) quanto à média regional de 2015 (que foi de 43,56%), conforme explicitado no gráfico que segue:



### 3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO

#### 3.4.1 Processos Pendentes de Liquidação

	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
<b>Iniciadas</b>	53	83	56,60%	8	-90,36%
<b>Encerradas</b>	73	57	-21,92%	15	-95,95%
<b>Pendentes</b>	<b>62</b>	<b>82</b>	<b>32,26%</b>	<b>75</b>	<b>-8,54%</b>



<b>Arquivo Provisório</b>	3	1	-66,67%	1	0,00%
---------------------------	---	---	---------	---	-------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

O número de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 62, em 2014, para 82, em 2015, importando em uma elevação de 32,26%. Tal aumento foi superior tanto à tendência verificada nas unidades com movimentação processual similar (aumento de 21,12%), assim como foi superior à elevação média verificada na 4ª Região (cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação apresentou um aumento de 5,90%).

O principal fator que contribuiu para esse aumento foi a elevação de 56,60% no número de liquidações iniciadas na comparação com o ano anterior, combinada com uma queda de 21,92% no número de liquidações encerradas na comparação com o ano de 2014.

### 3.4.2 Liquidações encerradas em relação às iniciadas\* e em relação ao total pendente de encerramento\*\*

<b>Liquidações encerradas em relação às iniciadas</b>					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
<b>Arroio Grande – Vara</b>	137,74%	68,67%	-50,14%	187,50%	114,36%
<b>Unidades Similares</b>	96,76%	83,57%	-13,63%	48,72%	-41,70%
<b>TRT4 - 1ª Instância</b>	87,92%	88,40%	0,55%	74,84%	-15,35%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

\*Fórmula: [número de liquidações encerradas / número de liquidações iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 68,67% das liquidações iniciadas no mesmo período, constatando-se uma redução de 50,14%% em relação ao índice do ano anterior. Face a essa queda, o índice da Unidade foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 14,90 e 19,73 pontos percentuais, respectivamente.

<b>Liquidações encerradas em relação ao total pendente de encerramento</b>					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
<b>Arroio Grande – Vara</b>	56,15%	39,31%	-30,00%	16,67%	-71,22%
<b>Unidades Similares</b>	59,97%	50,76%	-15,35%	5,94%	-88,30%
<b>TRT4 - 1ª Instância</b>	55,85%	54,30%	-2,78%	7,13%	-86,87%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

\*\*Fórmula: [número de liquidações encerradas / (liquidações pendentes do período anterior + liquidações iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de liquidações encerradas pela Vara do Trabalho de Arroio Grande em 2015 foi de 39,31% do número total de liquidações a encerrar – resultado 30% inferior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho foi



inferior tanto à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual quanto à média geral do TRT4 em 11,45 e 14,99 pontos percentuais, respectivamente.

### 3.5 FASE DE EXECUÇÃO

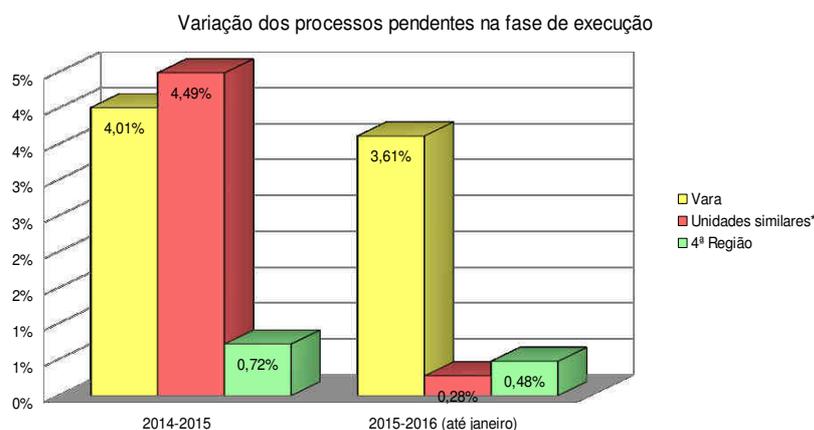
#### 3.5.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Entrada	Iniciadas	110	100	-9,09%	20	-80,00%
	Desarquivadas para prosseguimento	232	98	-57,76%	1	-98,98%
Saídas	Encerradas	81	114	40,74%	6	-94,74%
	Arquivadas Provisoriamente	134	19	-85,82%	0	-100,00%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	7	5	-28,57%	5	0,00%
	Demais	392	410	4,59%	425	3,66%
	<b>Total</b>	<b>399</b>	<b>415</b>	<b>4,01%</b>	<b>430</b>	<b>3,61%</b>
<b>Saldo no arquivo Provisório</b>		402	318	-20,90%	317	-0,31%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

Em 2015, o acervo de execuções pendentes na Vara do Trabalho de Arroio Grande passou de 399 para 415 processos – o que corresponde a uma elevação de 4,01% em relação ao ano anterior. Tal desempenho foi similar àquele registrado nas demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual (aumento de 4,49% no estoque médio de execuções), mas inferior à tendência apresentada na 4ª Região no período em questão (a qual registrou um aumento de apenas 0,72% em seu acervo médio).

O principal fator que contribuiu para essa elevação (a despeito de ter havido um aumento de 40,74% no número de execuções encerradas na comparação com o ano anterior) foi o expressivo número de execuções desarquivadas para prosseguimento.





### 3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas\* e em relação ao total pendente de encerramento\*\*

Execuções encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
<b>Arroio Grande – Vara</b>	73,64%	114,00%	54,81%	30,00%	-73,68%
<b>Unidades Similares</b>	91,91%	89,72%	-2,38%	102,94%	14,74%
<b>TRT4 - 1ª Instância</b>	95,90%	80,03%	-16,54%	63,77%	-20,32%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

\*Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 114% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se uma elevação de 54,81% em relação ao índice do ano anterior. Em razão desse aumento, o índice da Unidade foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 24,28 e 33,97 pontos percentuais, respectivamente.

Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
<b>Arroio Grande – Vara</b>	7,58%	12,65%	66,83%	0,80%	-93,70%
<b>Unidades Similares</b>	10,90%	11,95%	9,63%	1,02%	-91,46%
<b>TRT4 - 1ª Instância</b>	15,51%	15,39%	-0,79%	1,08%	-92,99%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

\*Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas pela Vara do Trabalho de Arroio Grande em 2015 foi de 12,65% do número total de execuções a encerrar – resultado 66,83% superior ao verificado no ano anterior. Nesse aspecto, o desempenho da Unidade foi similar à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, mas inferior à média geral do TRT4 em 2,74 pontos percentuais.

### 3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
<b>Processos com inclusão de devedor no BNDT</b>	69	63	-8,70%	2	-96,83%
<b>Processos com exclusão de devedor no BNDT</b>	31	49	58,06%	1	-97,96%



<b>Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT</b>	<b>687</b>	<b>697</b>	<b>1,46%</b>	<b>698</b>	<b>0,14%</b>
---	------------	------------	--------------	------------	--------------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela Vara do Trabalho de Arroio Grande, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 31.01.2016. Dessa consulta, verificou-se a existência de **01 processo** com execução encerrada definitivamente e que ainda possui devedor inscritos no BNDT, cuja situação processual se encontra descrita abaixo:

<b>1</b>	<b>Processo nº 0000199-64.2012.5.04.0131</b>
<b>Situação processual:</b> em 19.05.2015, foi publicada decisão julgando extinta a execução, diante do pagamento realizado e da manifestação do credor, e foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução. <b>Histórico BNDT:</b> em 19.03.2015, os coexecutados Rafael Teixeira Rodrigues e Enildo Rodrigues foram incluídos no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia do juízo”. Em 19.05.2015, apenas o primeiro réu foi excluído do BNDT.	

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 22.02.2016)

Sinala-se, finalmente, que é do conhecimento desta Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.

### 3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2014			2015			2016 (até 31.01)		
	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes	Recebidos	Julgados	Pendentes
<b>Embargos de declaração</b>	27	26	4	25	29	1	1	0	2
<b>Antecipações de tutela</b>	11	39	0	22	24	0	2	2	0



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Impugnações à sentença de liquidação</b>	1	2	0	2	1	1	0	0	1
<b>Embargos à execução</b>	5	14	7	18	16	9	0	0	0
<b>Embargos à arrematação</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Embargos à adjudicação</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Exceções de pré-executividade</b>	3	3	6	1	1	6	0	0	6
<b>TOTAL</b>	<b>47</b>	<b>84</b>	<b>17</b>	<b>68</b>	<b>71</b>	<b>17</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>9</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 68 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma elevação de 44,68% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados caiu 15,48% na comparação entre os anos de 2014 e 2015, passando de 84 para 71. Face a esses números, verifica-se que o número total de incidentes processuais pendentes de decisão em 31.12.2015 manteve-se idêntico (17 processos) àquele verificado no final do ano anterior. Destaca-se, por fim, que em 31.01.2016 o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão alcançou 09 processos, saldo 47,06% inferior ao do final do período anterior – sendo que as exceções de pré-executividade são a espécie que correspondem à maior parte (66,67%) dos incidentes ainda pendentes.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos no quadro abaixo:

<b>1</b>	<b>Processo nº 0000153-12.2011.5.04.0131</b>
<b>Situação processual:</b> consta do sistema inFOR a oposição, em 30.10.2013, de <b>embargos de declaração</b> pela parte ré. Em 05.11.2013, foi publicado despacho no qual o Juízo deixou de conhecer do incidente processual apresentado, por incabível. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.	
<b>2</b>	<b>Processo nº 0000151-42.2011.5.04.0131</b>
<b>Situação processual:</b> consta do sistema inFOR a apresentação, no dia 02.10.2013, de <b>exceção de pré-executividade</b> pela parte ré. Em 22.10.2013, foi publicado despacho no qual o Juízo deixou de conhecer do incidente processual apresentado, por inadequação da matéria nele ventilada. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.	



<b>3</b>	<b>Processo nº 0000152-27.2011.5.04.0131</b>
<b>Situação processual:</b> consta do sistema inFOR a apresentação, no dia 02.10.2013, de <b>exceção de pré-executividade</b> pela parte ré. Em 15.10.2013, foi publicado despacho no qual o Juízo deixou de conhecer do incidente processual apresentado, por inadequação da matéria nele ventilada. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.	
<b>4</b>	<b>Processo nº 0000153-12.2011.5.04.0131</b>
<b>Situação processual:</b> consta do sistema inFOR a apresentação, no dia 02.10.2013, de <b>exceção de pré-executividade</b> pela parte ré. Em 11.10.2013, foi publicado despacho no qual o Juízo deixou de conhecer do incidente processual apresentado, por inadequação da matéria nele ventilada. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.	
<b>5</b>	<b>Processo nº 0000154-94.2011.5.04.0131</b>
<b>Situação processual:</b> consta do sistema inFOR a apresentação, no dia 02.10.2013, de <b>exceção de pré-executividade</b> pela parte ré. Em 15.10.2013, foi publicado despacho no qual o Juízo deixou de conhecer do incidente processual apresentado, por inadequação da matéria nele ventilada. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.	
<b>6</b>	<b>Processo nº 0000156-64.2011.5.04.0131</b>
<b>Situação processual:</b> consta do sistema inFOR a apresentação, no dia 02.10.2013, de <b>exceção de pré-executividade</b> pela parte ré. Em 15.10.2013, foi publicado despacho no qual o Juízo deixou de conhecer do incidente processual apresentado, por inadequação da matéria nele ventilada. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.	
<b>7</b>	<b>Processo nº 0000159-19.2011.5.04.0131</b>
<b>Situação processual:</b> consta do sistema inFOR a apresentação, no dia 02.10.2013, de <b>exceção de pré-executividade</b> pela parte ré. Em 15.10.2013, foi publicado despacho no qual o Juízo deixou de conhecer do incidente processual apresentado, por inadequação da matéria nele ventilada. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.	

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 22.02.2016)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de **erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado**.



## 4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

### 4.1 FASE DE CONHECIMENTO

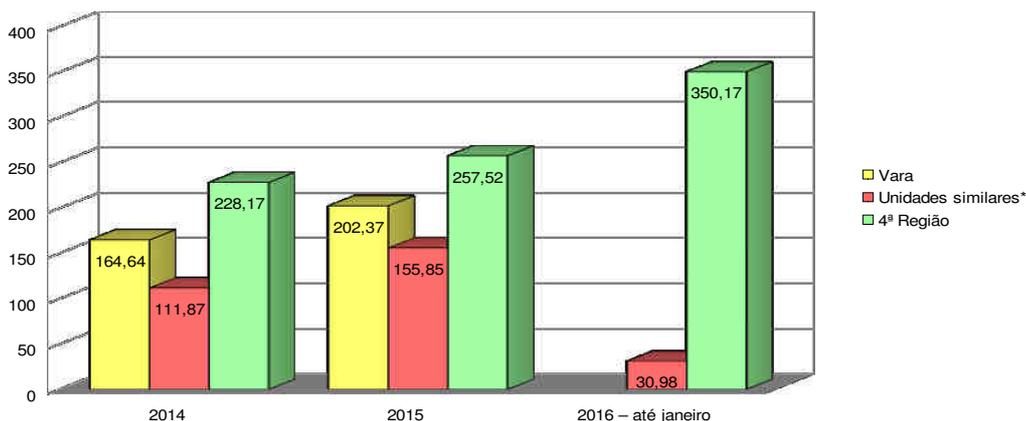
Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Média Sumaríssimo	69,71	76,25	9,38%	-	-
	Média Ordinário	201,85	257,81	27,73%	-	-
	Média Geral	<b>164,64</b>	<b>202,37</b>	<b>22,91%</b>	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na Vara do Trabalho de Arroio Grande aumentou 22,91% em relação ao ano de 2014, passando de 164,64 para 202,37 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou aumento de 9,38% em relação à média do ano anterior, passando de 69,71 para 76,25 dias; por sua vez, o rito ordinário registrou um prazo médio de 257,81 dias, 27,73% mais moroso na comparação com 2014.

Constatou-se, ainda, que o lapso médio de tramitação processual total na **fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 29,85% mais moroso (46,52 dias)** que a média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, mas 21,42% mais curto (55,15 dias) do que a média de todas as Unidades do TRT4. Especificações no gráfico abaixo:

Prazo médio total - fase de conhecimento





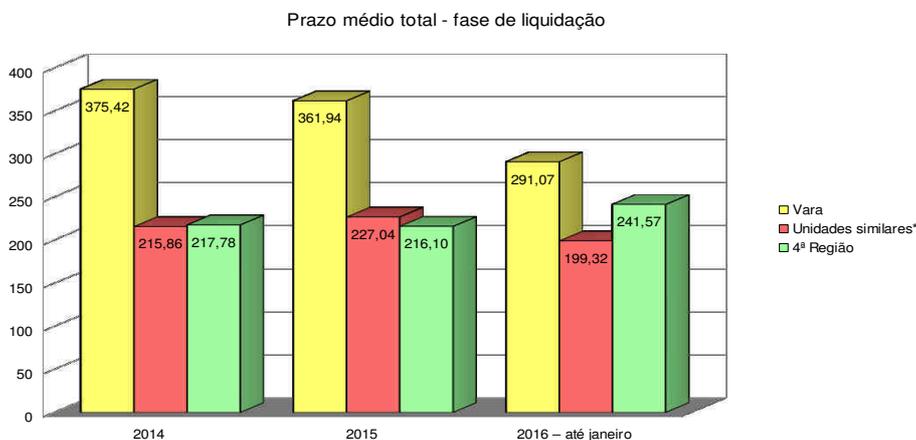
## 4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da liquidação	Média Sumaríssimo	325,11	312,40	-3,91%	355,33	-4,83%
	Média Ordinário	383,96	372,95	-2,87%	275,00	8,86%
	Média Geral	<b>375,42</b>	<b>361,94</b>	<b>-3,59%</b>	<b>291,07</b>	<b>-19,58%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 312,40 dias, o que equivale a uma redução de 3,91% em relação à média do ano anterior. A seu turno, no rito ordinário o prazo médio alcançou 372,95 dias, 2,87% menos moroso na comparação com 2014.

Face a esses números, constatou-se que o lapso de **tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 foi 59,42% mais moroso (134,90 dias)** que a média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, e 67,49% mais longo (145,84 dias) do que o desempenho de toda a 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo:



## 4.3 FASE DE EXECUÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da execução	Média Ente Privado	803,67	598,56	-25,52%	891,50	48,94%
	Média Ente Público	707,08	1.043,00	47,51%	1.066,00	2,21%

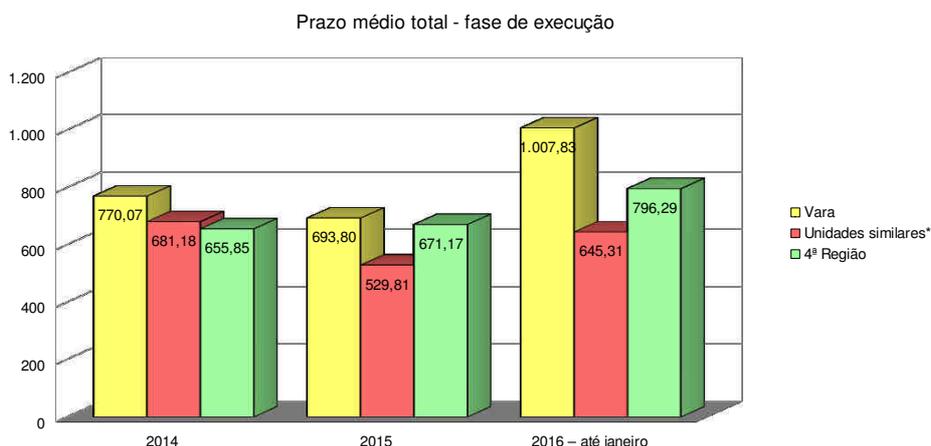


	<b>Média Geral</b>	<b>770,07</b>	<b>693,80</b>	<b>-9,91%</b>	<b>1.007,83</b>	<b>45,26%</b>
--	--------------------	---------------	---------------	---------------	-----------------	---------------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

O prazo médio de tramitação processual na fase de execução na Unidade Judiciária em 2015 nos processos em que o executado era ente privado foi de 598,56 dias, o qual foi 25,52% menor do que o prazo do ano anterior. Por outro lado, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução em 2015 foi de 1.043 dias, 47,51% mais moroso do que a média do ano anterior.

Na comparação com os dados das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 2015, apresentados no gráfico abaixo, constata-se que o tempo de tramitação na **fase de execução na Vara do Trabalho de Arroio Grande foi 30,95% mais moroso** (163,99 dias) do que a média dessas unidades. A seu turno, na comparação com a média de todo o TRT4, verifica-se que em 2015 o prazo médio de tramitação na Unidade foi 3,37% superior (22,63 dias) à média regional.



## 5 METAS

### 5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

**5.1.1 Meta 1:** “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos em 2015	Solucionados em 2015	%	Resultado
291	314	<b>107,90%</b>	<b>Meta cumprida</b>

**5.1.2 Meta 2:** “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.



META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 01.01.2014 e 31.12.2015	%	Resultado
151	147	97,35%	<b>Meta cumprida</b>

**5.1.3 Meta 5:** “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015	Execuções baixadas* em 2015	Grau de Cumprimento	Resultado
99	173	<b>174,75%</b>	<b>Meta cumprida</b>

\* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

**5.1.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 01.01.2013 e 31.12.2015	Grau de cumprimento	Resultado
2	2	<b>100,00%</b>	<b>Meta cumprida</b>

**5.1.5 Meta 7:** “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

META 7/2015 CNJ					
Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014		Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo de processos tramitando em 31.12.2015	Valor a ser alcançado	Resultado
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	0	0	<b>0</b>	<b>Meta cumprida</b>
2º	Estado do Rio Grande do Sul	4	2	<b>3</b>	<b>Meta cumprida</b>
3º	Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	3	0	<b>2</b>	<b>Meta cumprida</b>
4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	8	4	<b>7</b>	<b>Meta cumprida</b>
5º	União	0	1	<b>0</b>	<b>Meta não cumprida</b>



6º	OI S.A.	1	3	0	Meta não cumprida
7º	Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	5	2	4	Meta cumprida
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	0	1	0	Meta não cumprida
9º	Banco do Brasil S.A.	3	4	2	Meta não cumprida
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	Meta cumprida

### 5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015	Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015	Resultado
228,17	164,64	202,37	163	Meta não cumprida

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015	Meta para 2015	Resultado
Total de acordos	118	108	113	140	115	Meta cumprida

### 5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

5.2.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 31.01.2016	Solucionados até 31.01.2016	%	Resultado parcial (até janeiro)
22	0	0,00%	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta



**5.2.2 Meta 2:** “Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2014	Processos distribuídos até 31.12.2014 e julgados entre 01.01.2015 e 31.01.2016	%	Resultado parcial (até janeiro)
188	116	61,70%	Meta ainda não cumprida

**5.2.3 Meta 3:** “Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META 3/2016 CNJ						
	2013	2014	Média 2013/2014	2016 (até 31.01)	Meta para 2016	Resultado parcial (até janeiro)
<b>Total de acordos</b>	118	108	113	0	116	<b>Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta</b>
<b>Média mensal de acordos</b>	9,83	9,00	9,42	0,00	9,67	

**5.2.4 Meta 5:** “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2016 CNJ			
Casos novos de execução em 2016	Execuções baixadas* em 2016 (até 31.01)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até janeiro)
20	1	5,00%	<b>Período de apuração insuficiente para verificar cumprimento da meta</b>

\* Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

**5.2.5 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2013 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 e julgadas entre 01.01.2014 e 31.01.2016	Grau de cumprimento	Resultado
4	4	100,00%	Meta já cumprida

**5.2.6 Meta 7:** “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.



META 7/2016 CNJ					
Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2015		Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2015	Acervo atual (31.01.2016)	Nº máximo de processos tramitando em 31.12.2016 para alcance da meta	Resultado parcial (até janeiro)
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	0	0	0	<b>Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta</b>
2º	Estado do Rio Grande do Sul	2	2	1	
3º	Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	0	0	0	
4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	4	4	3	
5º	União	1	1	0	
6º	OI S.A.	3	3	2	
7º	Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	2	2	1	
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	1	1	0	
9º	Banco do Brasil S.A.	4	4	3	
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	

## 6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

### 6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às segundas e terças, pela manhã e pela tarde. A composição média das sessões é especificada no quadro abaixo.

	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
<b>Manhã</b>	4(I) 2(U) 1(P)	4(I) 2(U) 1(P)	-	-	-
<b>Tarde</b>	2(P)	2 (P)	-	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 30.03.2016)

Legenda:

- I – Audiências iniciais de rito ordinário
- U – Audiências unas de rito sumaríssimo
- P – Audiências de prosseguimento
- CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias
- E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução



## 6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada	Próxima Data Livre
Inicial	19.04.2016	19.04.2016
Una Sumaríssimo	19.04.2016	25.04.2016
Instrução	10.05.2016	31.05.2016
Tentativa de acordo em execução	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 30.03.2016)

## 6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Média Sumaríssimo	44,92	49,91	11,10%	-	-
	Média Ordinário	51,12	59,98	17,33%	-	-
	Média Geral	49,01	56,27	14,82%	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)

As audiências iniciais no rito sumaríssimo tiveram seu prazo médio aumentado de 44,92 dias, em 2014, para 49,91 dias, em 2015 (elevação de 11,10%). Da mesma forma, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário subiu de 51,12 dias, em 2014, para 59,98 dias, em 2015 (aumento de 17,33%).

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.

## 6.4 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS DE ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Média Sumaríssimo	34,57	26,95	-22,04%	-	-
	Média Ordinário	198,96	164,52	-17,31%	-	-
	Média Geral	145,13	118,67	-18,24%	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 10.02.2016)



As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo, quando necessário, tiveram o prazo reduzido de 34,57 dias, em 2014, para 26,95 dias, em 2015 (queda de 22,04%). No rito ordinário, por sua vez, o prazo médio caiu de 198,96 dias, em 2014, para 164,52 dias, em 2015 (decréscimo de 17,31%).

## 6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz (a)	2015				TOTAL
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	
<b>Cacilda Ribeiro Isaacsson</b>	178	123	106	2	<b>409</b>
<b>Carolina Toaldo Duarte da Silva Firpo</b>	0	1	1	0	<b>2</b>
<b>Edenilson Ordoque Amaral</b>	2	2	0	0	<b>4</b>
<b>TOTAL</b>	<b>180</b>	<b>126</b>	<b>107</b>	<b>2</b>	<b>415</b>

Juiz (a)	2016 (até 31.01)				TOTAL
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 22.02.2016)

## 6.6 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto nos artigos 17, 18 e 19, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constata-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

## 6.7 PROCESSOS SOLUCIONADOS

Juiz (a)	2015				Sem exame de mérito TOTAL	Total de processos solucionados
	Com exame de mérito			TOTAL		
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		
<b>Cacilda Ribeiro Isaacsson</b>	134	135	3	272	33	<b>305</b>
<b>Carolina Toaldo Duarte da Silva Firpo</b>	4	0	0	4	0	<b>4</b>
<b>Edenilson Ordoque Amaral</b>	2	1	0	3	0	<b>3</b>
<b>Marcelo Bergmann Hentschke</b>	0	0	0	0	2	<b>2</b>
<b>TOTAL</b>	<b>140</b>	<b>136</b>	<b>3</b>	<b>279</b>	<b>35</b>	<b>314</b>



2016 (até 31.01)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 22.02.2016)

## 6.8 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Esta Corregedoria dá ênfase às sentenças não proferidas no prazo de 50 dias, em atenção ao §3º do art. 6º da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e ao processo de Consulta 5202-74.2016.5.00.0000 do CSJT.

Não há processos para sentença há mais de 50 dias na Unidade Judiciária.

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 28.03.2016, com dados consolidados pelo Projeto até o dia 22.03.2016. 50 dias anteriores à data da correição: 06.02.2016)

## 7 ROTINAS DE SECRETARIA

A unidade adota divisão de trabalho de forma híbrida. Nos processos físicos o trabalho é dividido por tarefas, enquanto nos processos eletrônicos é dividido por carteira, com exceção do Assistente de Diretor de Secretaria que só faz a execução dos processos físicos.

### 7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

Por ocasião da correição havia 12 processos pendentes para notificação. As notificações da Procuradoria Regional Federal são realizadas semanalmente. O procurador comparece na Vara uma vez por semana para tomar ciência das notificações no balcão.

### 7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

7.2.1 Por ocasião da correição houve a constatação de vários problemas na execução da unidade, com atrasos injustificáveis, conforme amostragem a seguir:

Data do despacho	Processo	Pendência para cumprimento
27/07/14	0000174-80.2014.5.04.0131	Expedir conta
24/09/14	0024900-51.1996.5.04.0131	Expedir conta
18/12/14	0000357-56.2011.5.04.0131	Expedir conta
23/04/15	0000202-53.2011.5.04.0131	Expedir conta
30/06/15	0000160-04.2011.5.04.0131	Expedir conta
30/06/15	0000157-49-2011.5.04.0131	Expedir conta
01/07/15	0000317-69.2014.5.04.0131	Lançar conta
06/07/15	0000098-61.2015.5.04.0131	Expedir carta de Arremat.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

08/07/15	0091200-09.2007.5.04.0131	Lançar conta
22/07/15	0000223-63.2010.5.04.0131	Expedir conta
05/10/15	0039000-69.2000.5.04.0131	Expedir mandado penhora
07/10/15	0024700-97.2003.5.04.0131	Lançar conta
07/10/15	0034600-70.2004.5.04.0131	Lançar conta
20/10/15	0000001-95.2010.5.04.0131	Lançar conta
11/11/15	0000049-20.2011.5.04.0131	Atualizar conta
14/12/15	0011800-48.2004.5.04.0131	Expedir ofício para rec.prev. e custas
01/02/16	0000060-49.2011.5.04.0131	Expedir aut. judicial
05/02/16	0000194-08.2013.5.04.0131	Expedir aut. judicial
22/02/16	0000049-20.2011.5.04.0131	Expedir aut. judicial
02/03/16	0032500-45.2004.5.04.0131	Expedir CP Penhora

**7.2.2** Além disso, constatou-se a demora na tramitação de outros processos na fase de execução, por amostragem, como segue:

Processos	Andamentos
0000088-80.2012.5.04.0131	03/06/2015 entregue RPV 17/03/2016 realização BacenJud
0000214-33.2012.04.0131	15/05/2015 realização BacenJud 21/10/2015 Atualizado conta 29/10/2015 Renovado BacenJud 16/03/2016 Despacho
0000177-06.2012.5.04.0131	01/06/2015 Despacho p/ Bacen 21/10/2015 Atualizado conta 29/10/2015 Realização BacenJud 17/03/2016 Renovado BacenJud
0000205-37.2013.5.04.0131	01/09/2015 Lançar conta 16/03/2016 Elaborada conta 17/03/2016 Realização BacenJud
0000032-13.2013.5.04.0131	21/09/2015 Realizada citação 17/03/2016 Realização BacenJud
0000057-26.2013.5.04.0131	03/10/2014 Término prazo 29/08/2015 Ofício para RPV
0035400-06.2001.5.04.0131	14/09/2015 Término prazo 22/03/2016 Realizado despacho
0043800-43.2000.5.04.0131	23/10/2015 Realizada citação 17/03/2016 Realizado BacenJud 21/03/2016 Despacho

### 7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

No dia da correição houve análise de outros processos físicos além daqueles previamente solicitados. Constatou-se que há vários processos que aguardam a expedição de alvarás e extrapolam qualquer prazo razoável, ainda mais, considerando o número de processos que tramitam na unidade. A seguir segue a relação com 22 processos e as respectivas datas dos despachos com a determinação para expedir os alvarás e não cumprida até o dia da inspeção:

Data do despacho	Processo	Pendência de cumprimento
05/09/14	0000314-22.2011.5.04.0131	Expedição de alvará
01/10/14	0009400-37.1999.5.04.0131	Expedição de alvará
23/01/15	0003200-04.2005.5.04.0131	Expedição de alvará



08/04/15	0000329-25.2010.5.04.0131	Expedição de alvará
08/04/15	0000330-10.2010.5.04.0131	Expedição de alvará
25/05/15	0000030-14.2011.5.04.0131	Expedição de alvará
22/06/15	0000191-53.2013.5.04.0131	Expedição de alvará
15/07/15	0006300-30.2006.5.04.0131	Expedição de alvará
21/07/15	0000030-14.2011.5.04.0131	Expedição de alvará
25/08/15	0015000-63.2004.5.04.0131	Expedição de alvará
02/09/15	0000199-64.2012.5.04.0131	Expedição de alvará
11/09/15	0000118-81.2013.5.04.0131	Expedição de alvará
05/11/15	0000206-85.2014.5.04.0131	Expedição de alvará
11/11/15	0000364-48.2011.5.04.0131	Expedição de alvará
23/11/15	0041900-98.1995.5.04.0131	Expedição de alvará
26/11/15	0018200-10.2006.5.04.0131	Expedição de alvará
17/12/15	0007100-34.2001.5.04.0131	Expedição de alvará
12/01/16	0000218-02.2014.5.04.0131	Expedição de alvará
27/01/16	0000142-75.2014.5.04.0131	Expedição de alvará
27/01/16	0000143-60.2014.5.04.0131	Expedição de alvará
28/01/16	0019600-64.2003.5.04.0131	Expedição de alvará
22/02/16	0000042-57.2013.5.04.0131	Expedição de alvará

#### 7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO

No dia da correição estava sendo apreciadas as petições protocoladas no dia 16.03.2016 referente aos processos físicos.

#### 7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

No dia da correição estava sendo certificado o prazo do dia 15.03.2016.

#### 7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT

A remessa de processos ao TRT é feita semanalmente.

#### 7.7 CONVÊNIOS

A Unidade utiliza todos os convênios disponíveis regularmente.

#### 7.8 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Por ocasião da correição foram verificados alguns processos que aguardavam arquivamento e constatou-se que havia um extenso lapso temporal entre o último movimento e o efetivo arquivamento, conforme amostragem abaixo:

Data último despacho e/ou movimentação	Processo	Data do arquivamento
04/04/13	0065500-46.1998.5.04.0131	em aberto
20/05/14	0000228-51.2011.5.04.0131	15/03/16
27/05/14	0026100-93.1996.5.04.0131	16/03/16



15/07/14	0000095-09.2011.5.04.0131	15/03/16
21/08/14	0017800-11.1997.5.04.0131	16/03/16
22/09/14	0005700-04.2009.5.04.0131	16/03/16
24/09/14	0079400-81.2007.5.04.0131	15/03/16
14/10/14	0023200-64.2001.5.04.0131	15/03/16
30/10/14	0047500-46.2008.5.04.0131	15/03/16
30/10/14	0065300-39.1998.5.04.0131	15/03/16
01/12/14	0044000-50.2000.5.04.0131	15/03/16
18/02/15	0000191-87.2012.5.04.0131	15/03/16
02/03/15	0018500-69.2006.5.04.0131	15/03/16
04/03/15	0000117-33.2012.5.04.0131	15/03/16

Os arquivamentos realizados no dia 15.03.2016 foram realizados pela estagiária.

## 7.9 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT

A inscrição no BNDT é realizada após o retorno da ordem de bloqueio no BacenJud, e a retirada do devedor do BNDT é realizada após a penhora.

## 7.10 EXAME DOS LIVROS

### 7.10.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0019000-33.2009.5.04.0131	11.03.2015	<b>1 ano e 1 dia</b>
2	0019100-85.2009.5.04.0131		
3	0015600-94.1998.5.04.0131	16.03.2015	<b>11 meses e 26 dias</b>
4	0000292-61.2011.5.04.0131	27.04.2015	<b>10 meses e 15 dias</b>
5	0000291-76.2011.5.04.0131		
6	0000183-76.2013.5.04.0131 *	13.05.2015	<b>9 meses e 29 dias</b>
7	0000343-72.2011.5.04.0131	30.06.2015	<b>8 meses e 12 dias</b>
8	0029200-12.2003.5.04.0131		
9	0000282-51.2010.5.04.0131		
10	0000037-69.2012.5.04.0131	07.08.2015	<b>7 meses e 5 dias</b>
11	0000294-31.2011.5.04.0131		
12	0000038-54.2012.5.04.0131		
13	0000094-53.2013.5.04.0131	28.08.2015	6 meses e 14 dias
14	0000320-63.2010.5.04.0131	15.09.2015	5 meses e 27 dias
15	0000062-48.2013.5.04.0131	21.09.2015	5 meses e 21 dias
16	0000079-89.2010.5.04.0131	09.11.2015	4 meses e 3 dias
17	0004800-12.1995.5.04.0131		



18	0000086-42.2014.5.04.0131	20.11.2015	3 meses e 22 dias
19	0000039-39.2012.5.04.0131	23.11.2015	3 meses e 19 dias
20	0000342-87.2011.5.04.0131	30.11.2015	3 meses e 12 dias
21	0000172-52.2010.5.04.0131	10.12.2015	3 meses e 2 dias
22	0000040-58.2011.5.04.0131	16.02.2016	2 meses e 26 dias
23	0000241-45.2014.5.04.0131 <sup>1</sup>		
24	0000054-71.2013.5.04.0131 <sup>1</sup>		
25	0000146-15.2014.5.04.0131		
26	0000153-07.2014.5.04.0131 <sup>2</sup>	23.02.2016	2 meses e 19 dias
27	0000116-14.2013.5.04.0131	26.02.2016	2 meses e 16 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 11.03.2016)

\* **Expedida notificação para devolução dos autos somente no dia 11.01.2016.**

<sup>1</sup> Expedida notificação para devolução dos autos.

<sup>2</sup> Os autos foram remetidos à Corregedoria sem baixa da carga.

De registrar que, apesar de **advertida nos relatórios das correções ordinárias de 2014 e 2015, a Unidade Judiciária não adotou o procedimento de cobrar regularmente os processos com carga vencida**, permitindo que os autos permaneçam longos períodos sem possibilidade de consulta e/ou movimentação, prática essa danosa aos princípios da celeridade e da razoável duração do processo.

#### 7.10.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000315-41.2010.5.04.0131 <sup>1</sup>	21.02.2016	21 dias
2	0010600-35.2006.5.04.0131 <sup>1</sup>		
3	0000297-15.2013.5.04.0131		
4	0000029-24.2014.5.04.0131 <sup>1</sup>		
5	0000165-55.2013.5.04.0131 <sup>1</sup>		
6	0000002-12.2012.5.04.0131 <sup>1</sup>	22.02.2016	20 dias
7	0022500-49.2005.5.04.0131	27.02.2016	15 dias
8	0031600-91.2006.5.04.0131 <sup>1</sup>	29.02.2016	13 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 11.03.2016)

<sup>1</sup> Deferida a prorrogação de prazo requerida pelo perito se, no entanto, constar data para seu término no sistema.

De registrar que, apesar de **advertida nos relatórios das correções ordinárias de 2014 e 2015, a Unidade Judiciária não adotou o procedimento de cobrar regularmente os processos com carga vencida**, permitindo que os autos permaneçam longos períodos sem possibilidade de



consulta e/ou movimentação, prática essa danosa aos princípios da celeridade e da razoável duração do processo.

### 7.10.3 Mandados

Conforme consulta ao Sistema inFOR em 11.03.2016, verificou-se que não constam mandados com prazo excedido há mais de 10 dias na Unidade Judiciária. Por ocasião da correição, a Oficiala de Justiça apresentou espontaneamente relatório do “Painel do oficial de justiça” no qual constava apenas duas notificações e um mandado para cumprimento, com prazo até o dia 05.04.2016 e 13.04.2016, respectivamente.

## 8 EXAME DOS PROCESSOS

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 19 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correição à Assessoria Jurídica da Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 11.03.2016, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **324 processos**. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

### 8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	0066400-34.1995.5.04.0131
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> O processo foi examinado em correição em 14.04.2014. Naquela oportunidade foi destacado que o despacho da fl. 1716, de 05.11.2013, não havia sido cumprido até o envio dos autos à Corregedoria (remetido em 10.04.2014). Novamente examinado os autos em correição, verifica-se que o despacho da fl. 1716, que determinou a revisão geral da conta somente foi cumprido em 20.01.2016 (fls. 1732/1736), data posterior ao <i>e-mail</i> expedido pela Corregedoria solicitando os autos para análise (em 13.01.2016). <b>Principal Entrave. Execução.</b> A execução iniciou em setembro de 1995 e até o momento não foi concluída, tendo a execução recaído sobre vários imóveis da executada.	
2	0000061-92.2015.5.04.0131 - Sumaríssimo
<b>Aspectos gerais dos autos*:</b> nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> Demora nos impulsos processuais, principalmente por se tratar de processo de Rito Sumaríssimo. Inicial protocolada em 11.03.2015, a designação da audiência inicial ocorreu em 19.03.2015 para pauta do dia 28.04.2015. Em 23.04.2015 houve adiamento da audiência para o dia 19.05.2015, em virtude da redução de atendimento ao público externo, durante o treinamento para PJe, nos dias 27 a 30.04.2015. Encerrada a instrução na audiência una, com prazo para apresentação de razões finais e a reclamada juntar procuração e contrato social. Juntado aos autos os documentos em 02.07.2015 (fls. 37/41), no entanto, a conclusão dos autos para sentença somente ocorreu em 10.09.2015 e a publicação em 22.09.2015 (fl. 42). Prazo para certificar o trânsito em julgado demorou 16 dias. O processo poderia estar em liquidação desde 03.11.2015 (data do término do prazo do autor para depositar a CTPS em Secretaria) e até a remessa dos autos à Corregedoria (21.01.2016) não teve impulso processual neste sentido.	



3	0000211-78.2012.5.04.0131 - Sumaríssimo
<p><b>Aspectos gerais dos autos*:</b> nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> Notificação (fl. 169), publicada em 22.09.2014 com término do prazo em 29.09.2014, mas a certificação ocorreu em 12.03.2015. Ausência de cobrança de autos: carga realizada em 25.03.2015 com prazo de término em 06.04.2015, somente ocorreu a devolução em 04.08.2015. <b>Demora para expedição de alvará ao perito: despacho exarado em 05.08.2015 e o alvará foi expedido em 18.01.2016</b>, data posterior ao <i>e-mail</i> expedido pela Corregedoria solicitando os autos para análise (em 13.01.2016).</p>	
4	0000347-12.2011.5.04.0131
<p><b>Aspectos gerais dos autos*:</b> nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> demora para cumprimento de despacho assinado em 13.01.2015, determinando a expedição de ofício para solicitar informações, somente foi cumprido em 22.05.2015. Houve demora para cumprir o despacho da fl. 189 (01.07.2015) para renovar o bloqueio de valores mediante Bacenjud, somente realizado em 05.08.2015 (fl. 191). <b>Principais entraves:</b> encontra-se em execução desde 29.08.2013 sem êxito. Houve registro de restrição de um veículo com alienação fiduciária. (fl. 176).</p>	
5	00294-2009-131-04-00-0
<p><b>Aspectos gerais dos autos*:</b> nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> Processo desarquivado à pedido da parte autora. A carga dos autos da fl. 547 excede de 60 dias, o prazo deferido no despacho da fl. 547, sem que tenha sido efetuada a cobrança dos autos. Demora para o impulso processual também para cumprimento de despacho: despacho assinado em 16.11.2015 (fl. 549), com a determinação de renovar o bloqueio do Bacenjud até o dia da remessa dos autos à Corregedoria (21.01.2016) não havia sido cumprida.</p>	
6	0018800-26.2009.5.04.0131
<p><b>Aspectos gerais dos autos*:</b> erro na numeração da fl. 249 e seguintes. <b>Movimentação processual: Demora para expedir alvarás, determinado em 20.08.2014 e somente foram expedidos em 22.01.2015</b> (fls. 203/204 (a renumerar). Processo retirado em carga pelo procurador do autor em 14.09.2015, somente foi devolvido em 04.11.2015, sem que houvesse a cobrança dos autos por parte da Secretaria. Desde 04.11.2015 (fl. 205) não houve impulso processual até a remessa dos autos à Corregedoria (21.01.2016), restando pendente o cumprimento dos itens remanescentes no despacho da fl. 248 de 20.08.2014. Demora para encaminhar alvará para o Serviço de Registro de Imóveis, que encontra-se na contracapa do processo desde 22.01.2015.</p>	
7	0000229-36.2011.5.04.0131
<p><b>Aspectos gerais dos autos*:</b> nada a apontar. <b>Movimentação processual:</b> Petição protocolada em 22.07.2015 somente foi apreciada em 20.08.2015. Demora para certificar prazo da notificação da fl. 244, publicada no DEJT em 08.09.2015 para ciência de despacho, prazo de 5 dias, decorreu em 14.09.2015, sem movimentação do processo até a remessa dos autos à Corregedoria (21.01.2016).</p>	
8	0000103-43.2012.5.04.0131
<p><b>Aspectos gerais dos autos:</b> documento reduzido juntado no verso da fl. 286 embora quantificado não foi numerado e rubricado. Rasura na certidão da fl. 363/verso. <b>Movimentação processual:</b> Demora para lançar a conta, despacho proferido em 15.10.2015 foi cumprido em 18.01.2016, posterior ao <i>e-mail</i> expedido pela Corregedoria solicitando os autos para análise (em 13.01.2016).</p>	



9

0000133-21.2011.5.04.0131

**Aspectos gerais dos autos\*:** documento reduzido juntado no verso da fl. 1072 embora quantificado e rubricado não foi numerado. Não foi inutilizado o verso da fl. 1073 que encontra-se em branco. **Movimentação processual:** Lapso para cumprimento de despacho superior a dez dias: despacho assinado em 12.05.2015 (fl. 1066) e cumprido em 29.06.2015 (fl. 1069/1070). Demora para impulso processual, despacho assinado em 06.07.2015 e cumprido em 28.10.2015 (fl. 1076). Petição protocolada em 13.11.2015 foi juntada aos autos em 25.11.2015, conforme termo de juntada 1076/verso. Divergência entre o sistema INFOR e data do protocolo físico, no sistema consta como “petição protocolada” em 26.11.2015 mas a petição foi protocolizada em 13.11.2015, como consta na assinatura digital. Registro, ainda, que consta no sistema INFOR como “ANDAMENTO” (nas observações “autos conclusos” mesa Fernanda) em 26.11.2015, quando o lançamento correto deveria ser “CONCLUSOS PARA DESPACHO/DECISÃO” Tipo “Impugnação à Sentença de Liquidação”, para contar para fins estatísticos a pendência para o Magistrado. Após o andamento de 26.11.2015 não houve andamento até o dia da remessa dos autos à Corregedoria (21.01.2016).

10

0000060-49.2011.5.04.0131

**Aspectos gerais dos autos\*:** ausência de identificação do servidor na devolução da carga dos autos (fl. 372). No termo de juntada da fl. 372/verso não consta data. **Movimentação processual:** Demora para impulsos processuais: despacho assinado em 19.01.2015, cumprido somente em 12.05.2015 (fl. 376 – expedição de mandado de penhora); despacho assinado em 02.07.2015 (fl. 382) cumprido em 28.09.2015; notificação com término de prazo dia 09.10.2015, foi certificado em 17.11.2015 (fl. 383/verso). Despacho assinado em 17.11.2015 foi cumprido em 01.12.2015 (fl. 385).

11

0000208-55.2014.5.04.0131

**Aspectos gerais dos autos\*:** carimbo acostado a fl. 99/verso por equívoco não possui a assinatura e identificação do Diretor de Secretaria. **Movimentação processual:** Consta no sistema INFOR como em duas oportunidades os andamentos “ANDAMENTO INTERNO” (nas observações “concl” e “Fernanda”) em 19.08.2015. Na sequência, em 03.11.2015, consta “CONCLUSOS PARA DESPACHO/DECISÃO” Tipo “Sentença”, e por fim, em 05.11.2015 houve o registro do julgamento. No lapso compreendido entre 19.08.2015 e 03.11.2015, 76 dias, não contou para fins estatísticos a pendência para a Magistrada.

12

0000122-21.2013.5.04.0131 - Sumaríssimo

**Aspectos gerais dos autos\*:** Certidão da fl. 109/verso acostada no verso de documento. Ausência de identificação na devolução da carga da fl. 112. Rasura na data do termo de juntada da fl. 115/verso. **Movimentação processual:** demora para dar o impulso processual, ofício protocolado em 06.03.2015 foi apreciado em 30.03.2015. Penhora e ciência da penhora realizada em 19.05.2015 somente foi certificado o decurso do prazo de embargos em 07.07.2015. Certidão da fl. 109/verso com data de 07.07.2015 e termo de conclusão e despacho da fl. 110 com data de 06.07.2015. Demora para expedição do ofício da fl. 114 (75 dias).

13

0017800-88.2009.5.04.0131

**Aspectos gerais dos autos\*:** termo de juntada da fl. 143/verso com conteúdo e data ilegíveis. **Movimentação processual:** demora excessiva para dar impulso processual: despacho assinado em 23.01.2015 somente foi cumprido em 03.08.2015, com a expedição dos alvarás, a notificação das partes realizada em 27.10.2015 para retirar documentos, somente teve a certificação nos autos em 04.02.2016.



14

0007400-20.2006.5.04.0131 – Sumaríssimo

**Aspectos gerais dos autos\*:** nada a apontar.

**Movimentação processual:** demora para dar o impulso processual: notificação expedida em 10.05.2014, com prazo de 30 dias, somente houve a certificação em 12.03.2015. A carga dos autos da fl. 187 excede de 50 dias sem que tenha sido efetuada a cobrança dos autos.

15

0018200-10.2006.5.04.0131

**Aspectos gerais dos autos\*:** rasura na numeração da fl. 1425; termos de juntada das fls. 1423/verso e 1432/verso preenchidos de forma ilegível.

**Movimentação processual:** notificação realizada em 24.04.2015 para ser disponibilizada somente em 08.05.2015 pelo DEJT; demora para cumprimento de despacho, determinação para citação em 16.06.2015 somente foi cumprida em 29.09.2015.

16

0000153-07.2014.5.04.0131

**Aspectos gerais dos autos\*:** ausência da identificação do servidor na devolução da carga da fl. 98; não foi observado a ordem cronológica dos atos processuais, certidão da fl. 100/verso realizada em 02.09.2015 enquanto o despacho da fl. 101 datado de 28.08.2015.

**Movimentação processual:** demora na movimentação processual: despacho assinado em 24.04.2015, determinando o encaminhamento ao perito para elaboração do laudo, somente foi retirado em carga no dia 02.06.2015; despacho assinado em 01.09.2015 somente foi cumprido em 29.10.2015 (notificação por oficial de justiça) e em 11.12.2015 (ofício para CEF solicitando extrato de FGTS do autor).

17

0006000-34.2007.5.04.0131

**Aspectos gerais dos autos\*:** certidão inutilizada à fl. 291/verso sem a rubrica e identificação do diretor de secretaria; rasura na numeração das fls. 306, 315 e 366; petição das fls. 310/311 e 382 sem protocolo; termo de juntada da fl. 337/verso ilegível.

**Movimentação processual:** nada a apontar.

18

0000343-67.2014.5.04.0131

**Aspectos gerais dos autos:** ausência de data e identificação do servidor na devolução da carga da fl. 625; certidão elaborada no verso de documento que deveria ser devolvido para as partes antes do arquivamento do processo; rasura na numeração das fls. 739/740

**Movimentação processual:** Consta no sistema INFOR como andamento "ANDAMENTO INTERNO" (nas observações "concl" e "Fernanda") em 19.08.2015. Na sequência, em 02.12.2015, consta "CONCLUSOS PARA DESPACHO/DECISÃO" Tipo "Sentença", e por fim, em 10.11.2015 houve o registro do julgamento. No lapso compreendido entre 19.08.2015 e 02.12.2015, não contou para fins estatísticos a pendência para a Magistrada. Em 25.01.2016 novamente está lançado como andamento "ANDAMENTO INTERNO" e nas observações consta "conclusos para sentença ED", quando o correto andamento é "CONCLUSOS PARA DESPACHO/DECISÃO".

19

0000337-65.2011.5.04.0131

**Aspectos gerais dos autos\*:** nada a apontar.

**Movimentação processual:** nada a apontar.

\* Os aspectos gerais dos autos são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2015.



## 8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 11.03.2016.

<b>Ausência de prazo final do acordo ou acordo com prazo vencido – Processos Exemplos:</b>	
0008400-50.2009.5.04.0131	0000058-40.2015.5.04.0131
0000017-73.2015.5.04.0131	0000030-14.2011.5.04.0131
0000100-89.2015.5.04.0131	0000108-66.2015.5.04.0131
0000093-97.2015.5.04.0131	
<b>Aguardando expedição de alvará – Processos Exemplos:</b>	
0000314-22.2011.5.04.0131	0001900-80.2000.5.04.0131
0000178-20.2014.5.04.0131	0015000-63.2004.5.04.0131
0000191-53.2013.5.04.0131	0006300-30.2006.5.04.0131
0000199-64.2012.5.04.0131	0000118-81.2013.5.04.0131
0000142-75.2014.5.04.0131	0000143-60.2014.5.04.0131
<b>Autos aguardando arquivamento – Processos Exemplos:</b>	
0065500-46.1998.5.04.0131	0000095-09.2011.5.04.0131
0026100-93.1996.5.04.0131	0000228-51.2011.5.04.0131
0005700-04.2009.5.04.0131	0017800-11.1997.5.04.0131
0023200-64.2001.5.04.0131	0047500-46.2008.5.04.0131
0079400-81.2007.5.04.0131	0065300-39.1998.5.04.0131
0044000-50.2000.5.04.0131	0000191-87.2012.5.04.0131
0018500-69.2006.5.04.0131	0000117-33.2012.5.04.0131
<b>Carta precatória com registros desatualizados aguardando devolução à origem ou devolvida à origem sem andamento – Processos Exemplos:</b>	
0000144-79.2013.5.04.0131	0000227-95.2013.5.04.0131
<b>Conclusão para sentença lançada com andamento interno – Processos Exemplos:</b>	
0000031-57.2015.5.04.0131	0000028-05.2015.5.04.0131
0000037-64.2015.5.04.0131	0000040-19.2015.5.04.0131
<b>Demora no impulso processual – Processos Exemplos:</b>	
0024900-51.1996.5.04.0131	0000158-63.2013.5.04.0131
0000357-56.2011.5.04.0131	0000309-29.2013.5.04.0131
0015400-48.2002.5.04.0131	0000308-44.2013.5.04.0131
0025600-80.2003.5.04.0131	0000047-50.2011.5.04.0131
0021100-92.2008.5.04.0131	0000089-65.2012.5.04.0131



0000329-25.2010.5.04.0131	0000202-53.2011.5.04.0131
0014900-06.2007.5.04.0131	0000177-06.2012.5.04.0131
0000387-91.2011.5.04.0131	0031800-74.2001.5.04.0131
0000064-18.2013.5.04.0131	0000088-80.2012.5.04.0131
0000098-61.2011.5.04.0131	0000245-82.2014.5.04.0131
0000317-69.2014.5.04.0131	0020700-49.2006.5.04.0131
<b>Registrar suspensão do processo no InFOR – Processos Exemplos:</b>	
0000229-70.2010.5.04.0131	0000230-55.2010.5.04.0131
<b>Registros desatualizados – Processos Exemplos:</b>	
0000372-25.2011.5.04.0131	0000158-29.2014.5.04.0131
0034200-27.2002.5.04.0131	0060600-20.1998.5.04.0131
0000371-40.2011.5.04.0131	0000034-80.2013.5.04.0131
0020800-96.2009.5.04.0131	0000244-97.2014.5.04.0131
0091200-09.2007.5.04.0131	

### 8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Conforme informação do Diretor de Secretaria, a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, de que trata do pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal. Salienta-se que a referida Consolidação vigeu até 15.03.2016, por quase todo o período correccionado. De todo modo, a nova Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em seu art. 26,1, repete “ipsis litteris” o art. 18, I, supracitado.

### 8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

O Diretor de Secretaria informou que o valor do depósito recursal somente é liberado ao credor após a citação, caso não seja realizado o pagamento e o valor do crédito apurado seja inequivocamente superior ao montante do depósito recursal.

### 8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Conforme informação do Diretor de Secretaria, o Juiz **determina** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo



de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária (art. 18, V, “g”, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho de 2012 e art. 26, V, “g” da Consolidação vigente a partir de 16.03.2016). Tal constatação é relativa ao período anterior ao novo Código de Processo Civil, não havendo, ainda, procedimento apurado após.

## **9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe**

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em 07.05.2015.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico na data da inspeção, juntamente com o Diretor de Secretaria. A posição, na data da visita correcional, é a que segue:

<b>Agrupador</b>	<b>Quantidade de Processos</b>	<b>Mais antigo</b>	<b>Data</b>
<b>Processos com pedido de sigilo nos documentos não apreciado</b>	38		
<b>Processos com petições avulsas</b>	12	20094-06.2015	28.01
<b>Com habilitações não lidas</b>	22	-	
<b>Com pedido de liminar</b>	-	-	-
<b>Com petições não apreciadas</b>	92	20113-12.2015.	01.12
<b>Mandados devolvidos OJ</b>	3	20175-52.2015-	21.03
<b>Processos aguardando encaminhamento do Secr de Audiências</b>	4		

<b>Pasta</b>	<b>Fase</b>	<b>Quantidade de Processos</b>	<b>Mais antigo</b>	<b>Data</b>
<b>Apreciar urgentes</b>	-	-	-	-
<b>Aguardando cumprimento de providência</b>	1-Conhecimento	10	20113-12.2015	01.12
<b>Aguardando ciência</b>	1-Conhecimento	9	20131-33.2015	20.02
<b>Aguardando cumprimento de acordo ou pagamentos</b>	1-Conhecimento	1	20005-80.2015	
<b>Aguardando término dos prazos</b>	1-Conhecimento	39	20076-82.2015	12.02
<b>Análise de conhecimento</b>	1-Conhecimento	3	20019-30.2016	22.03
<b>Apreciar dependência</b>	1-conhecimento	-	-	-
<b>Prazos vencidos</b>	1-conhecimento	14	20116-64.2015	13.02
<b>Preparar comunicação</b>	1-Conhecimento	-	-	-
<b>Triagem inicial</b>	1-Conhecimento	5		23.03 feriado
<b>Transito em julgado</b>	1-Conhecimento	2	20095-88.2015	06.03
<b>Aguardando cumprimento de providência</b>	2-Liquidação	1	0020001-43	21.03
<b>Aguardando término dos prazos</b>	2-Liquidação	-	-	-
<b>Análise de liquidação</b>	2-liquidação	-	-	-
<b>Controle de</b>	2-Liquidação	-	-	-



<b>Sobrestamento/Suspensão</b>				
<b>Prazos vencidos</b>	2-Liquidação	-	-	
<b>Aguardando cumprimento de providência</b>	3-Execução	1	20188-51.2015	21.03
<b>Aguardando término dos prazos</b>	3-Execução	1	20062-98.2015	21.03
<b>Iniciar execução</b>	3-Execução	1	20048-80.2016	01.03
<b>Prazos vencidos</b>	3-Execução	1	20179-89.2015	18.03

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe na data da correição)

No processo 0020176-37.2015.5.04.0131, localizado na tarefa “Aguardando Cumprimento de Providência”, foi arguida exceção de incompetência na audiência de 16.02.2016; no mesmo dia a parte contrária concordou com a remessa dos autos à Comarca de Pelotas, sem qualquer andamento posterior.

Os processos constantes da tarefa “Aguardando Ciência” estão quase todos com os prazos vencidos ainda em fevereiro, mais precisamente, do total de 9, 8 estão vencidos, alguns com sentença transitada em julgado.

No processo 0020005-80.2015.5.04.0131, na tarefa “Aguardando cumprimento de acordo ou pagamento, houve conciliação”, com vencimento da última parcela em 17.01.2016, foram concedidos 10 dias para manifestação sobre o cumprimento do acordo. O último movimento, contudo, foi na data da audiência, em 07.07.2015.

Na tarefa “prazos vencidos”, na janela de conhecimento, há processos sumarríssimos vencidos desde 01.03.2016, já na fase de execução (0200055-09.2015.5.04.0131 e 0020056-91.2015.5.04.0131). Devem, pois, ser impulsionados.

Há um processo na tarefa “Controle manual – Prazos pós-sentença” desde 29.10.2015 (0020037-85.2015.5.04.0131). Segundo a aba “Expedientes”, o prazo recursal findou em 12.11.2015, havendo, pois, necessidade de ser impulsionado o processo.

Há dois processos na tarefa “Trânsito em julgado” desde 06 e 11.03.2016, respectivamente. A Unidade deve, portanto, fazer o registro do trânsito em julgado, e efetuar a respectiva certidão.

Na fase de liquidação há apenas dois processos, um na tarefa “Aguardando providência”, e o outro na fase “iniciar liquidação”.

Na tarefa “Aguardando Término dos Prazos” há um processo (0020062-98.2015.5.04.0131) pendente desde 21.03.2016. Chama atenção o fato de a notificação do despacho ter sido criada em 22.02.2016, e a ciência da parte, via Diário Eletrônico, ter ocorrido apenas em 22.03.2016.

Na tarefa “Análise de Sobrestamento”, o processo 002003-13.2015.5.04.0131 possui como último movimento, em 11.02.2016, uma petição do exequente requerendo penhora “independentemente de sobrestamento do feito em face da tramitação de embargos de terceiro”. Deve, tal processo ser impulsionado para “Minutar despacho”.

Constata-se, ainda, que a Unidade Judiciária não certifica o trânsito em julgado das sentenças. Cita-se, por amostragem, o processo nº 0020001-43.2015.5.04.0131.



## **10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT**

Não houve atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.

## **11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE**

Em que pese as instalações físicas sejam antigas, com algumas infiltrações, houve várias intervenções pela SEMPRO no decorrer do último ano para melhorá-las, ainda que o imóvel seja alugado. Constatou-se, de outra parte, que vários móveis e materiais de expediente em desuso estão na Secretaria agravando o problema de espaço.

Constatou-se que os impulsos processuais na unidade são morosos. Dentre os processos físicos examinados, vários somente tiveram andamento após a solicitação enviada pela Corregedoria para remessa dos processos, como revela a análise dos processos nºs 0066400-34.1995.5.04.0131, 0000211-78.2012.5.04.0131 e 0000103-43.2012.5.04.0131.

Constatou-se, ainda, que a fase de conhecimento possui prazo médio mais elevado que as Unidade similares, e na fase de liquidação a situação é ainda mais grave, pois extrapola em muito outras unidades com a mesma movimentação processual. Ainda, na fase de execução o prazo médio é superior ao do TRT.

Impende destacar que o Assistente do Diretor de Secretaria é o único responsável pela execução dos processos físicos na unidade. A desorganização constatada nas atividades que deveriam ser realizadas por ele, como expedição de alvarás, mandados, contas e autorizações judiciais, deixa muito a desejar tendo em vista os atrasos elencados nos itens 7.2 e 7.3.

Ademais, nos processos físicos, os prazos médios apontados no relatório demonstram claramente que a movimentação processual é demasiadamente lenta, incompatível com o número de processos que tramita na unidade, sendo nítido o prejuízo aos jurisdicionados.

O PJe, que foi implantado na unidade em 07.05.2015, conta com pouco mais de 150 processos, e já apresenta vários problemas de atrasos nos prazos processuais.

Vale destacar a diminuição no número de processos ajuizados na unidade, de 30,08 por mês em 2014 para 24,25 em 2015.

Pelos dados apontados por ocasião da correição e os constantes deste relatório resta evidenciada a necessidade de reestruturação na forma de gestão da Unidade, devendo o Diretor empenhar-se para modificar o fluxo de trabalho e aglutinar o grupo o mais brevemente possível.

## **12 RECOMENDAÇÕES**

### **ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)**

Recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis



meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

#### **ITEM 5.2.6 (Meta CNJ 7/2016)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta neste ano, considerando-se que a meta correspondente do ano de 2015 não foi cumprida (item 5.1.5).

#### **ITEM 6.1 (Periodicidade e composição da pauta)**

Recomenda-se que a Unidade Judiciária **acrescente um turno de audiência** para inclusão semanal de processos em execução para tentativa de conciliação.

#### **ITEM 10 (Serviço de Apoio Temporário – SAT)**

Recomenda-se ao Serviço de Apoio Temporário (SAT) para ajudar nas pendências apontadas e reestruturações de gestão da Vara.

### **13 DETERMINAÇÕES GERAIS**

#### **ITEM 3.5.3. (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)**

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) efetue a devida anotação quando houver garantia da execução (por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente formalizada) no respectivo campo do sistema informatizado;
- b) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, verifique a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, a situação descrita no item 3.5.3.

#### **ITEM 5.2.2 (Meta CNJ 2/2016)**

Determina-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias ao cumprimento dessa meta, destacando-se a necessidade de julgamento de, no mínimo, 54 processos dentre aqueles distribuídos até 31.12.2014 ainda pendentes na fase de conhecimento para alcance do percentual exigido.

Para tanto, sugere-se que a Unidade consulte o relatório “A.1.3.2 – Pendentes de Solução por Ano do Processo” disponível no sistema e-Gestão através do caminho e-Gestão → 1ª Instância → 3–Relatórios Gerenciais → A-Das Varas do Trabalho → 1-Conhecimento → 3-Pendentes de Solução. Tão logo se visualize o relatório, deve-se filtrar os resultados específicos da Unidade através do campo “Município-Vara (Todos os Valores)▼”, não somente na aba “1.Resumo por Ano do Processo”, mas também na aba “Lista de Processos”.



## **ITEM 7.2 (Expedição de mandados, precatórios e RPV's)**

Considerando a demora nos andamentos dos processos elencados no item 7.2, determina-se à Unidade Judiciária que observe o prazo de lei no impulso processual, na fase de execução.

## **ITEM 7.8 (Arquivamento de processos)**

Determina-se que o arquivamento dos processos seja feito mensalmente para evitar as situações constatadas nos 14 processos elencados no item 7.8 para evitar distorções no estatístico da unidade.

## **ITENS 7.10.1 e 7.10.2 (Advogados e Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 Dias)**

Determina-se à Unidade Judiciária que faça a cobrança dos autos com advogados e peritos semanalmente, a fim de evitar os enormes atrasos constatados.

## **ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)**

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) adote o procedimento correto quanto à inutilização de folhas em branco, consoante o art. 71 da CPCR;
- b) quando da juntada de documentos reduzidos, seja rigorosamente observado o art. 68 e §§ da CPCR, para evitar situações similares àquela verificada no processo nº 0000103-49.2012.5.04.0131;
- c) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPCG) e evitando lacunas e espaços em branco (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificado o signatário de maneira legível (art. 150 da CPCR e artigos 57 e 58 da CPCG);
- d) havendo necessidade de retificação de termos e certidões, observe o art. 149 da CPCR, para evitar situações similares àquela verificada no processo nº 0000103-49.2012.5.04.0131;
- e) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, lançando-o, sempre que possível, no verso da folha em que houve a última movimentação processual, conforme o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPCR;
- f) adote o procedimento correto quanto à numeração e rubrica das folhas dos autos, conforme o disposto no art. 66 e §§ da CPCR;
- g) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC, para evitar as situações verificadas, na fase de execução, nos processos nºs 0066400-34.1995.5.04.0131, 0000061-92.2015.5.04.0131, 0000211-78.2012.5.04.0131, 0000347-



- 12.2011.5.04.0131, 00294-2009-131-04-00-0, 0018800-26.2009.5.04.0131, 0000229-36.2011.5.04.0131, 0000103-43.2012.5.04.0131, 0000133-21.2011.5.04.0131, 0000060-49.2011.5.04.0131;
- h) retire, periodicamente, listagem de processos sem movimentação processual há mais de 90 dias para que se evitem situações similares àquela verificada no processo nºs 0066400-34.1995.5.04.0131, 0000061-92.2015.5.04.0131, 0000211-78.2012.5.04.0131, 0000347-12.2011.5.04.0131, 00294-2009-131-04-00-0, 0018800-26.2009.5.04.0131, 0000229-36.2011.5.04.0131, 0000103-43.2012.5.04.0131, 0000133-21.2011.5.04.0131, 0000060-49.2011.5.04.0131;
- i) registre, no sistema informatizado, o andamento e o tipo corretamente para evitar a situação verificada no processo nº 0000229-36.2011.5.04.0131;
- j) registre, imediatamente após o encerramento da instrução, o andamento “conclusos para despacho/decisão” para evitar distorções no estatístico, conforme as situações constatadas nos processos 0000133-21.2011.5.04.0131, 0000208-55.2014.5.04.0131 e 0000343-67.2014.5.04.0131.

#### **ITEM 9 (Processo Judicial Eletrônico – PJe)**

Determina-se que a Unidade Judiciária **certifique** o trânsito em julgado das sentenças.

### **14 DETERMINAÇÕES ESPECÍFICAS**

#### **ITEM 3.5.3 (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)**

Determina-se que a Unidade efetue a exclusão do devedor do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) no processo descrito no item 3.5.3, com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR.

#### **ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)**

Determina-se que a Unidade Judiciária, a fim de sanar as distorções estatísticas verificadas:

- a) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 05.11.2013, relativos à conclusão para julgamento dos embargos de declaração opostos pela parte ré e da decisão que deixou de conhecer do referido incidente processual no processo nº 0000153-12.2011.5.04.0131;
- b) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 22.10.2013, relativos à conclusão para julgamento da exceção de pré-executividade apresentada pela parte ré e da decisão que deixou de conhecer do referido incidente processual no processo nº 0000151-42.2011.5.04.0131;
- c) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 15.10.2013, relativos à conclusão para julgamento da exceção de pré-executividade apresentada pela parte ré e da decisão que deixou de



- conhecer do referido incidente processual no processo nº 0000152-27.2011.5.04.0131;
- d) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 10.10.2013, relativos à conclusão para julgamento da exceção de pré-executividade apresentada pela parte ré e da decisão que deixou de conhecer do referido incidente processual no processo nº 0000153-12.2011.5.04.0131;
- e) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 15.10.2013, relativos à conclusão para julgamento da exceção de pré-executividade apresentada pela parte ré e da decisão que deixou de conhecer do referido incidente processual no processo nº 0000154-94.2011.5.04.0131;
- f) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 15.10.2013, relativos à conclusão para julgamento da exceção de pré-executividade apresentada pela parte ré e da decisão que deixou de conhecer do referido incidente processual no processo nº 0000156-64.2011.5.04.0131;
- g) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 15.10.2013, relativos à conclusão para julgamento da exceção de pré-executividade apresentada pela parte ré e da decisão que deixou de conhecer do referido incidente processual no processo nº 0000159-19.2011.5.04.0131.

### **ITEM 6.3 (Prazo médio das audiências iniciais)**

Determina-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe o caráter prioritário dos processos do rito sumaríssimo, e adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de 15 dias para designação da audiência inicial, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT, assim como que não seja excedido o lapso de 40 dias para marcação de audiências iniciais.

### **ITEM 7.2 (Expedição de mandados, precatórios, RPV's)**

Determina-se à Unidade Judiciária que cumpra as pendências elencadas no item 7.2.1, **no prazo máximo de 30 dias**.

### **ITEM 7.3 (Expedição de alvarás)**

Determina-se à Unidade Judiciária que expeça, **no prazo máximo em 30 dias**, os 22 alvarás pendentes elencados no item 7.3.

### **ITENS 7.10.1 e 7.10.2 (Advogados e Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 Dias)**

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.10.1 e 7.10.2 deste relatório



correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

## 8.2 (Irregularidades nos andamentos no InFOR)

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em 324 processos parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados e **todos que estejam em situação similar**. Para tanto:

- a) indique o prazo final dos acordos homologados ou certifique seu vencimento em processos como os de nº0008400-50.2009.5.04.0131, 0000058-40.2015.5.04.0131, 0000017-73.2015.5.04.0131, 0000030-14.2011.5.04.0131, 0000100-89.2015.5.04.0131, 0000108-66.2015.5.04.0131, 0000093-97.2015.5.04.0131, dentre muitos outros;
- b) archive processos como os de nº 0065500-46.1998.5.04.0131, 0000095-09.2011.5.04.0131, 0026100-93.1996.5.04.0131, 0000228-51.2011.5.04.0131, 0005700-04.2009.5.04.0131, 0017800-11.1997.5.04.0131, 0023200-64.2001.5.04.0131, 0047500-46.2008.5.04.0131, 0079400-81.2007.5.04.0131, 0065300-39.1998.5.04.0131, 0044000-50.2000.5.04.0131, 0000191-87.2012.5.04.0131, 0018500-69.2006.5.04.0131, 0000117-33.2012.5.04.0131, dentre outros;
- c) registre a conclusão para sentença no InFOR em processos como os de nº 0000031-57.2015.5.04.0131, 0000028-05.2015.5.04.0131, 0000037-64.2015.5.04.0131, 0000040-19.2015.5.04.0131, 0000031-57.2015.5.04.0131, 0000028-05.2015.5.04.0131, 0000037-64.2015.5.04.0131, 0000040-19.2015.5.04.0131 dentre outros;
- d) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito em processos como os de nº 0024900-51.1996.5.04.0131, 0000158-63.2013.5.04.0131, 0000357-56.2011.5.04.0131, 0000309-29.2013.5.04.0131, 0015400-48.2002.5.04.0131, 0000308-44.2013.5.04.0131, 0025600-80.2003.5.04.0131, 0000047-50.2011.5.04.0131, 0021100-92.2008.5.04.0131, 0000089-65.2012.5.04.0131, 0000329-25.2010.5.04.0131, 0000202-53.2011.5.04.0131, 0014900-06.2007.5.04.0131, 0000177-06.2012.5.04.0131, 0000387-91.2011.5.04.0131, 0031800-74.2001.5.04.0131, 0000064-18.2013.5.04.0131, 0000088-80.2012.5.04.0131, 0000098-61.2011.5.04.0131, 0000245-82.2014.5.04.0131, 0000317-69.2014.5.04.0131, 0020700-49.2006.5.04.0131, dentre tantos outros;
- e) devolva Cartas Precatórias ou dê andamento às devolvidas como as de nº 0000144-79.2013.5.04.0131, 0000227-95.2013.5.04.0131, dentre outras;



- f) registre a suspensão determinada de processos como os de nº 0000229-70.2010.5.04.0131, 0000230-55.2010.5.04.0131, dentre outros;
- g) atualize os registros de processos como os de nº 0000372-25.2011.5.04.0131, 0000158-29.2014.5.04.0131, 0034200-27.2002.5.04.0131, 0060600-20.1998.5.04.0131, 0000371-40.2011.5.04.0131, 0000034-80.2013.5.04.0131, 0020800-96.2009.5.04.0131, 0000244-97.2014.5.04.0131, 0091200-09.2007.5.04.0131, dentre muitos outros.

### ITEM 9 (Processo Judicial Eletrônico – PJe)

Determina-se que sejam imediatamente impulsionados os processos com prazos vencidos, especialmente:

- a) Na tarefa “Aguardando Cumprimento de Providência”, os de números 0020113-12.2015.5.04.0131, 0020176-37.2015.5.04.0131 e 0020195-43.2015.5.04.0131;
- b) Na tarefa “Aguardando ciência” todos os pendentes no período entre 20 e 26.02.2016;
- c) Na tarefa “Aguardando Cumprimento de Acordo ou Pagamento” o de número 0020005-80.2015.5.04.0131;
- d) Na tarefa “Prazos Vencidos” os sumaríssimos 020055-09.2015.5.04.0131 e 0020056-91.2015.5.04.0131;
- e) Na tarefa “Controle Manual – Prazos pós-sentença” o de número 0020037-85.2015.5.04.0131;
- f) Na tarefa “Trânsito em julgado” os de números 0020095-88.2015.5.04.0131 e 0020030-93.2015.5.04.0131;
- g) Na tarefa “Análise de Sobrestamento”, na janela de execução, o de número 0020003-13.2015.5.04.0131.

### ITEM 11 (Considerações sobre a Unidade)

Determina-se que sejam encaminhados os equipamentos e móveis que já não tenham necessidade na **unidade para desfazimento desses bens com brevidade**, via doação a entidades e órgãos públicos, presentes as disposições do Decreto 99.658/1990.

### 15 SOLICITAÇÃO PARA ÁREA ADMINISTRATIVA

A Juíza Cacilda Ribeiro Isaacsson solicitou providências quanto ao correto uso do *e-mail* institucional. O pleito será encaminhado à Presidência.

Por fim, quanto à referência da unidade de que o banheiro público está interditado, o gestor da unidade deverá abrir chamado no CREDEM, via Trace GP, para que seja providenciado o devido reparo.



## **16 PRESENCAS**

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Juíza Titular, o Diretor de Secretaria e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da Vara do Trabalho de Arroio Grande, no dia 29.03.2016, das 14h às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes a essa Vara do Trabalho. Compareceram representantes da Rádio Difusora e do Jornal Correio do Sul.

## **17 PRAZO PARA RESPOSTA**

O Diretor de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

## **18 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Titular Cacilda Ribeiro Isaacsson, pelo Diretor de Secretaria Diego Pereira Brião e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Guy de Bruchard, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

**Maria da Graça Ribeiro Centeno  
Corregedora Regional**